

Depois da posse, a reforma

Samuel

José Negreiros

A posse dos governadores ofereceu ao presidente José Sarney o pretexto que lhe faltava para recolocar em marcha um governo dominado pela paralisia desde o descongelamento de preços, através do Cruzado II, na segunda quinzena de novembro. Há quase quatro meses, portanto, apesar de ininterruptas pressões e enorme desgaste de sua imagem pública, Sarney vem adiando o calendário óbvio da vida política do país este ano: porque um dos fatos mais relevantes desse processo — a posse dos governadores — tinha data marcada. Agora ele poderá cuidar dos outros dois: a negociação da dívida externa e a reforma do ministério. Todos três, contudo, fazem parte do mesmo jogo, que é a fixação de um mandato de cinco anos, coisa com a qual concordam hoje tanto o secretário-geral do PFL, deputado Saulo Queiroz, quanto o presidente do PMDB, Ulysses Guimarães, que recentemente se manifestaram em público sobre o assunto. Ao assumirem seus cargos, os governadores colocam no poder a estrutura de forças políticas que prevalecerá até 1990 e presumivelmente unem seus destinos ao de Sarney, a partir de uma crise econômica que afeta os interesses estratégicos de todos.

Quando foi à televisão no dia 20 de fevereiro anunciar a moratória dos juros da dívida externa, o presidente precipitou um lance tático guardado na manga do paletó há pelo menos um ano. Agiu assim porque na sua avaliação, embora ainda tivesse divisas em dólares capazes de sustentá-lo nos próximos três meses, talvez já contasse com dividendos de popularidade perigosamente inferiores aos níveis atuais. Agindo em fevereiro, a situação estaria sob controle do ponto de vista cambial e político quando chegar a hora em que precisar agir de fato. Tanto foi exclusivamente político o gesto do mês passado, que só mais tarde o ministro da Fazenda, Dilson Funaro, saiu em busca de um acordo com os credores numa viagem exploratória que não cumpriu seus objetivos. Mas logo chegará o momento decisivo nesse cronograma que vem sendo protelado pelas autoridades econômicas por falta de alternativas práticas e principalmente porque Sarney resolveu esperar pacientemente as coisas entrarem naturalmente em seus eixos.

A reforma ministerial que o presidente será obrigado a fazer como parte do capital que financiará sua continuidade no Palácio do Planalto também foi mantida propositalmente em banho-maria. Ele detém uma formidável base clientelística, preside uma máquina administrativa pronta para ser acionada e transmite a sensação de que é preciso mexer sem demora em vários capítulos da vida nacional. E, no entanto, aguarda o momento apropriado, sem tocar numa só peça do xadrez. A unificação do

comandô econômico, por exemplo, é uma imposição da própria crise econômica, foi articulada com o PMDB e já implicou na consulta a nomes para futuras secretarias de governo. Não saiu ainda dos planos por mera questão de oportunidade. Tudo aguarda definição, inclusive a escolha do líder do PMDB na Constituinte, prometida para esta quarta-feira, quando uma vez mais caminha-se para a acumulação de cargos se for eleito o deputado Luís Henrique, que já é o líder na Câmara. De acordo com as conveniências do Palácio do Planalto, o melhor, por enquanto, é acumular o máximo de forças políticas possível para utilizá-las no instante mais temido por Sarney — a recessão.

Hoje, apesar de expectativas pessimistas quanto ao futuro próximo, é fácil constatar que o nível de emprego é estável e uma deterioração irreversível gastaria pelo menos seis meses para retornar a uma situação que até o ex-presidente Figueiredo ao sair não experimentara mais. Os empresários não podem se queixar de seus lucros, embora ainda estejam na dependência de alinhamentos de preços cuja demora lhes desorganizou os planos. Há espaço para crescer e a retórica oficial combina em grande medida com o desempenho da economia como um todo. Enquanto isso, passada a composição do secretariado, os governadores estão mais fracos do que durante a distribuição de cargos do primeiro escalão em seus governos, e a falta de unidade do PMDB manifesta-se nas menores querelas do cotidiano da Assembleia Constituinte. Sarney sabe tirar partido desse quadro com astúcia e tem consciência de que a crise que ronda seu mandato, ora com sotaque econômico, ora sob a face do desgaste do governo, no fundo é a mesma crise de legitimidade com a qual foi empossado.

Nesses dois anos que completou ontem no poder, Sarney tem buscado quase o tempo todo superar essa dificuldade congênita de seu governo. Primeiro tentou o diálogo direto com o povo através de planos de impacto, como o Cruzado, e logo ficou sem fôlego. Agora imagina que poderá pedir emprestado aos governadores uma parte da legitimidade que conseguiram nas urnas, que o presidente atribui ao seu plano. Entre esses dois movimentos, contudo, foi eleita uma Constituinte, que enfrenta problemas para funcionar porque o presidente quer que ela cuide logo do seu mandato e não do novo Brasil.

Na declaração da moratória, no diálogo com os governadores e na montagem do novo ministério, ele terá sempre em mente a barganha pela permanência no poder. Mas poderá ser surpreendido pelo que ocorreu aos militares, que fizeram uma eleição direta em 82 para só deixar o Planalto em 1991 e dois anos depois foram desalojados. A realidade é sempre mais veloz do que a esperteza.